

---

*Título do projeto:*

**Políticas Externas de Cooperação Sul-Sul em Perspectiva Comparada:  
África do Sul, Brasil, China, Índia, México e Turquia.**

---

**Resumo:**

A presente proposta visa a analisar como as estratégias de Cooperação Sul-Sul para o Desenvolvimento (CSS-D) se integram nas agendas de política externa de seis países hoje considerados potências emergentes: África do Sul, Brasil, China, Índia, México e Turquia. Também chamados “new powers” (Narlikar, 2010), “grandes países periféricos” (Dupas, 2005) ou “rising states” (Alexandroff e Cooper, 2010), os países de renda média que foram selecionados para a presente pesquisa começam a tornar qualitativamente mais densa a sua participação no sistema de cooperação internacional para o desenvolvimento, não mais apenas enquanto beneficiários, mas também como doadores. Financiam projetos e prestam cooperação técnica em áreas das mais diversas, incluindo saúde pública, educação fundamental, intercâmbio universitário, educação não formal, meio ambiente, projetos de assistência técnica, desenvolvimento agrícola, cooperação tecnológica e desenvolvimento científico, gestão pública, bem como desenvolvimento de infraestruturas. Atuam em parceria com países em desenvolvimento de diferentes regiões do mundo (África, América Latina e Ásia). A definição de estratégias de CSS-D em suas políticas externas é concomitante à importância que passam a desempenhar na agenda política e econômica internacional, particularmente nos processos de reforma da governança global (Banco Mundial, FMI, OMC, G-20 financeiro) e de reconfiguração de alianças regionais e coalizões inter-regionais (SADC/Southern African Development Community, UNASUL/União das nações sul-americanas, Fórum IBAS, grupo BRICS, G-20 comercial). É evidente que os seis países apresentam diferenças em termos de desenho institucional de suas políticas de CSS-D, de comportamento multilateral, tamanho de suas respectivas economias, inserção regional, modelo produtivo e de desenvolvimento, assim como de política doméstica – o que enriquece o método comparativo em nossa análise, com base no princípio das semelhanças e diferenças existentes e dos desafios lançados por autores como Badie e Hermet (2001), Bara e Pennington (2009), Beasley et al. (2002), Breuning (2007) ou

ainda Caporaso (1997). Portanto, diante da rica produção acadêmica bastante consolidada sobre a experiência histórica da Cooperação Norte-Sul (Comeliau, 1991; Correa, 2010; Degnbol-Martinussen e Engberg-Pedersen, 2003; IDA, 2007; Iglesia-G., 2005; Lancaster, 2007; Moraes, 2006; Mavrotas e Nunnenkamp, 2007; Marcovitch, 1994; Pereira, 2010; Varela, 1991) e da escassa literatura sobre a CSS (Antonini e Hirst, 2009; Ayala e Perez, 2009; Ayllón, 2011; Chin, 2010; Chisholm e Steiner-Khamsi, 2009; Hirst, 2009; Hurrell, 2010; IPEA, 2010; Lima, 2005), parece-nos necessária e oportuna a proposta de se conhecer em perspectiva comparada, tanto teórica quanto empiricamente, essa realidade da política externa de algumas potências emergentes, e isso em função (i) da dupla inserção que possuem nas agendas de cooperação para o desenvolvimento enquanto beneficiários e doadores; (ii) da construção (ou relevância maior atribuída a essa agenda) de uma diplomacia da cooperação sul-sul, por meio de discursos, instituições, projetos, montantes a partir dos anos 1990/2000; (iii) da relevância estratégica desses países na geopolítica regional e global; (iv) do legado histórico em termos de participação, entre os anos 1950 e 1970, nos debates sobre as relações centro-periferia, não alinhamento, terceiro mundo e nova ordem econômica internacional; e (v) das semelhanças e diferenças que apresentam para fins de uma abordagem comparativa.

### **Objetivos: objetivo principal e objetivos secundários**

**OBJETIVO GERAL:** Analisar, em perspectiva comparada, as estratégias de Cooperação Sul-Sul do governo brasileiro e dos países selecionados (África do Sul, China, Índia, México e Turquia), a fim de compreender as interfaces existentes entre elas e as respectivas agendas de política externa.

### **OBJETIVOS ESPECÍFICOS:**

- Objetivo Específico 1: Analisar o discurso oficial brasileiro de CSS-D, bem como suas práticas, projetos e orientações políticas e estratégicas;
- Objetivo Específico 2: Analisar, em perspectiva comparada, o discurso oficial de CSS-D dos países selecionados, bem como suas práticas, projetos e orientações políticas e estratégicas.
- Objetivo Específico 3: Identificar e analisar as principais áreas de atuação do Brasil e dos países em foco nos campos da CSS-D, as modalidades de cooperação utilizadas, os atores envolvidos e alguns dos resultados obtidos.

- Objetivo Específico 4: Identificar práticas de CSS-D em realidades semelhantes que possam ser úteis na perspectiva da comparação e do aprendizado para o Brasil, bem como as possíveis estratégias de coordenação (e suas dificuldades) entre os seis países selecionados.

- Objetivo Específico 5: Contribuir para o campo da política externa comparada por meio do desenvolvimento de um quadro teórico-metodológico, definindo parâmetros, variáveis e relações de causalidade entre os fatores estudados, a fim de testar o quadro construído em estudos de caso sobre a CSS-D (Bolívia e Moçambique).

### **Escolhas teórico-metodológicas e agenda de pesquisa:**

O sistema da CID (descrito anteriormente), mormente a CNS, tem sido alvo de diversas interpretações e análises críticas quanto a suas origens, pressupostos e possíveis caminhos de sua superação. Uma primeira interpretação do papel das organizações da CID diz respeito à forma como se encontram associadas ao modo capitalista de produção, à sua lógica de acumulação e à legitimação do multilateralismo liberal. Portanto, a superação desse papel passaria, necessariamente, pela superação desse modo de produzir, distribuir e de se apropriar tanto dos resultados da produção quanto do próprio espaço social. Uma segunda abordagem, a crítica antropológica, revela o viés etnocêntrico na definição dos valores e normas do desenvolvimento enquanto promessa ocidental, ressaltando a origem histórica e os objetivos universalizantes da modernização. Para essa corrente, os princípios do progresso e da civilização impuseram racionalidades e medidas universais para diferentes realidades sociais, culturais e contextos históricos. Apontam, por exemplo, para a necessidade de diálogo com e entre os povos indígenas e o respeito às diferentes racionalidades.

Uma terceira visão de linhagem crítica pós-moderna adverte para a impossibilidade do caráter universal do desenvolvimento, fruto de uma utopia iluminista que acabou favorecendo os interesses das classes dominantes em detrimento das classes subalternas (ESCOBAR, 1994 e 2005). O movimento pós-desenvolvimentista acredita que, assim como o progresso, o desenvolvimento pode produzir efeitos sobre a vida e a liberdade dos homens, camuflando os interesses de diversos grupos de poder que se beneficiam desse mesmo processo. Defendem o pós-desenvolvimento e a pesquisa sobre concepções de qualidade de vida (modos de “épanouissement”) que não buscam apenas

o bem estar material, que seria responsável pela degradação do meio ambiente e pela desestruturação das relações sociais. Ressaltam assim, a natureza essencialmente plural do desenvolvimento que deveria desenhar-se de forma sensivelmente diferente no Norte e no Sul. Para os países do Norte duas alternativas são apontadas: o “decrescimento feliz” e o “localismo”. O decrescimento é aqui defendido de forma planejada, visando a restaurar a justiça social e ambiental, sendo que a sobrevivência dos humanos e a salvaguarda da biodiversidade estariam intrinsecamente ligadas. Além do decrescimento feliz ou harmônico, defendem o estímulo às estratégias locais (ênfase no contexto local) como alternativas à globalização e não como o seu complemento ou reforço. Para os países da América do Sul, existiria uma gramática heterogênea e complexa em termos de agendas do desenvolvimento, variando desde a revalorização do conhecimento indígena e das relações ancestrais com a Terra (por exemplo, o apelo ao “*buen vivir*” no Equador) até modelos neodesenvolvimentistas que recolocam o Estado na definição de modelos de regulação da economia e da sociedade (no caso brasileiro).

Uma quarta abordagem diz respeito à corrente da modernidade crítica e contra-hegemônica que assume os desafios da construção dos valores universais em novas bases (ARRIGHI, 1998; MORAES, 2006; MOSLEY *et al.*, 1995). A falta de respostas às questões relacionadas com as desigualdades sociais e a continuidade do tratamento das questões do desenvolvimento, fundamentalmente, na perspectiva econômica, vão ser a tônica das reivindicações dos movimentos alternativos expressos principalmente no âmbito do Fórum Social Mundial. Os trabalhos oriundos desse debate apontam a natureza polissêmica e multidimensional do desenvolvimento e a importância de foco no desenvolvimento social, político e cultural. Essa corrente recoloca o debate sobre qual globalização se quer construir e como se busca construí-la (BRINGEL *et al.*, 2008; MILANI, 2008; PANKAJ, 2005). É claro que muitos dos pontos analisados nessas quatro abordagens críticas sobre o desenvolvimento e o sistema da CID se entrecruzam. Aqui as consideramos como elementos que constituem um ponto de partida para a nossa análise acerca do papel da CNS e, mais particularmente, para a compreensão das singularidades e das instituições da Cooperação Sul-Sul (CSS). Em que medida a CSS pode ser considerada distinta da tradicional CNS? Quais seriam as lições e aprendizados para o caminho a ser traçado no futuro da CSS dos eis países selecionados para a nossa análise?

Uma segunda dimensão analítica importante neste projeto diz respeito à Análise de Política Externa. Dando seguimento às pesquisas que vêm sendo desenvolvidas pelo proponente sobre os atores e as agendas da política externa<sup>1</sup>, visa-se a “identificar nichos de ação tradicionalmente não associados às agendas de política externa, bem como de agências governamentais (vinculadas ou não ao Poder Executivo) e de atores não estatais cujo campo de atuação não se volte diretamente para a política internacional” (PINHEIRO; MILANI, 2012, p. 20). Ao adotar esse caminho metodológico, retoma-se uma agenda já iniciada por alguns dos pesquisadores envolvidos nesta proposta e, ao mesmo tempo, pretende-se avançar na avaliação de como esses novos temas da CSS entram na agenda de política externa, que conflitos e tensões são gerados e como esse processo afeta a agência tradicionalmente responsável pela formulação da política externa no Brasil, o Itamaraty. Parte-se de um pressuposto segundo o qual a diferenciação das práticas e a pluralização dos atores implicados nas agendas da CSS implicam, qualitativamente, uma nova política, da qual decorrem demandas por novos arranjos institucionais e mudanças nos marcos interpretativos da política externa de cooperação sul-sul. Pretende-se utilizar tal pressuposto na análise de casos nacionais e subnacionais, também em perspectiva comparativa.

Metodologicamente, a pesquisa aqui proposta é de natureza qualitativa (análise de conteúdo) e estará focada na análise de documentos institucionais dos casos selecionados (estudos de caso, pesquisas comparativas), bem como em entrevistas com responsáveis políticos e pesquisadores nos diferentes países e em diferentes níveis (internacional, nacional e subnacional), representantes oficiais de assessorias internacionais de cidades e estados, além de membros de ONGs, redes ou movimentos sociais. Tais entrevistas serão realizadas durante o período previsto para a execução deste projeto.

---

<sup>1</sup> Leticia Pinheiro, Carlos R. S. Milani, Miriam G. Saraiva e Mónica Salomón fazem parte da Rede Atores e Agendas de Política Externa (<http://agendasdepoliticaexterna.com.br>). Além disso, Carlos R. S. Milani e Leticia Pinheiro organizaram e publicaram um livro sobre o tema em 2012.

PERGUNTAS DE PESQUISA	VARIÁVEL DEPENDENTE	DIMENSÕES E VARIÁVEIS INDEPENDENTES
<p><b>Pergunta principal:</b> como os países selecionados concebem e implementam suas políticas externas de CSS?</p> <p><b>Questões secundárias:</b> por meio de suas políticas de CSS, assumem liderança, aceitam compromissos, coordenam suas atividades e compartilham decisão? Desafiam ou colocam em xeque o sistema tradicional da CNS por meio de suas políticas de CSS? O que aprenderam a partir das práticas mais tradicionais da CNS?</p>	<p>Perfil da política externa de CSS dos países selecionados na ordem pós-1989: África do Sul, Brasil, China, Índia, México e Turquia.</p> <p><u>Natureza da cooperação:</u> doação, empréstimo, cooperação técnica; montantes investidos; setores e políticas públicas; ênfase em cooperação multilateral ou bilateral.</p> <p><u>Normas da cooperação:</u> padrões, valores e conceitos propostos pela política de CSS; estudo de projetos emblemáticos.</p>	<p><b>Dimensão histórica</b> (variável contextual e formativa): como as estratégias de CSS foram integradas às agendas de política externa? Qual é a experiência de cada país em termos de CNS? (história diplomática e história da política externa, autonomia política e construção de coalizões, experiência multilateral).</p> <p><b>Dimensão geopolítica</b> (variável contextual e constitutiva): quais são as motivações econômicas e os fundamentos geopolíticos para as políticas de CSS? (relação com a segurança coletiva regional e global, relação com processos de integração regional, com o comércio, acesso a mercados e os investimentos públicos, relação com a internacionalização das empresas de cada país selecionado)</p> <p><b>Dimensão institucional</b> (variável independente): existe uma agência responsável pela cooperação sul-sul? (aparato institucional, processo decisório, política burocrática, ministérios e agências, entidades subnacionais, aspectos da liderança)</p> <p><b>Dimensão da política doméstica</b> (variável independente): quais são os principais atores e agendas das políticas de CSS? (legitimação social, atores não institucionais, opinião pública)</p>

Além disso, serão utilizados métodos de política comparada, com base nos trabalhos de SEILER (2004), MENY & SUREL (2009), BADIE & HERMET (2001), BEASLEY *et alii* (2002) e BREUNING (2007). Um quadro metodológico e comparativo que serve de ponto de partida para as nossas pesquisas é apresentado na página anterior. Entre as fontes secundárias, serão privilegiadas: (i) textos políticos e normativos que definem as modalidades de CSS do Brasil e dos países selecionados para a comparação; (ii) informes publicados pela Agência Brasileira de Cooperação, Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas, entre outras agências oficiais brasileiras e internacionais (AMEXID, TIKA, SAADA, por exemplo); (iii) documentos de projetos reais e concretos de CSS do Brasil e dos países selecionados; (iv) literatura científica (artigos e livros, em português, inglês, espanhol, francês e italiano). Devem ser realizadas pesquisas de campo nas capitais dos países selecionados a fim de serem conduzidas entrevistas com representantes oficiais, acadêmicos, lideranças políticas, de movimentos sociais e de ONGs. Além disso, estão previstos dois estudos de caso, com pesquisa de campo aprofundada, em, pelo menos, um dois países africanos (Angola e Moçambique) e um latino-americano (Bolívia). A realização das pesquisas de campo está condicionada à obtenção de recursos financeiros que as viabilizem.

#### **Resultados esperados, riscos e dificuldades (36 meses):**

- Revisão da literatura especializada nacional e estrangeira (inglês, francês, italiano e espanhol), com base na lista inicial de referências bibliográficas integrada ao final deste projeto (meses 1-12);
- Coleta e análise de dados secundários nacionais e estrangeiros sobre o tema, a partir de sistema de palavras-chave do projeto, além da realização de entrevistas semi-estruturadas com informantes (meses 6-24);
- Produção de um relatório de pesquisa e, pelo menos, quatro artigos (publicados em periódicos QUALIS-CAPES), analisando os dados coletados e os conceitos desenvolvidos pela literatura nacional e estrangeira (meses 24-36);
- Apresentação de resultados em, pelo menos, dois seminários, um nacional e outro internacional (meses 24-36).
- Publicação de um livro com os resultados da pesquisa (meses 24-36);

- Difusão das pesquisas em um *website* do grupo de pesquisa ([www.labmundo.org](http://www.labmundo.org)), recentemente integrado no IESP/UERJ ([www.iesp.uerj.br](http://www.iesp.uerj.br)).

### **Bibliografia preliminar:**

ABDENUR, Adriana. “The Strategic Triad: Form and Content in Brazil’s Triangular Cooperation Practices”. *International Affairs Working Paper 2007-06*. The New School: November, 2007.

ALMEIDA, Célia; CAMPOS, Rodrigo P.; BUSS, Paulo; FERREIRA, José Roberto; FONSECA, Luiz Eduardo. *A concepção brasileira de “cooperação Sul-Sul estruturante em saúde”*. *RECIIS – R. Eletr. de Com. Inf. Inov. Saúde*. Rio de Janeiro, v.4, n.1, mar., 2010. Pp.25-35.

ALTENBURG, T; WEIKERT, J. “Trilateral Development Cooperation with New Donors”. *Briefing Paper 5/2007*. Bonn, German Development Institute. 2007.

AMORIM, Celso. Uma diplomacia voltada para o desenvolvimento e a democracia. In FONSECA Jr., Gelson e CASTRO, Sérgio H. N. (org.). *Temas de política externa brasileira II*, São Paulo/Brasília, Paz e Terra/Funag-IPRI, 1997. Pp. 15-29.

ANTONINI, B.; HIRST, M. Pasado y Presente de la Cooperación Norte-Sul para el desarrollo. *Documentos de Trabajo de la Cooperación Sur-Sur*, Buenos Aires: Ministerio de las Relaciones Internacionales, Comercio Exterior y Culto, 2009, p. 9-72.

ARRIGHI, Giovanni. *A ilusão do desenvolvimento*. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

AYLLON, B. Argentina: horizontes y oportunidades de la Cooperación Sur-Sur en el año del bicentenario. *Revista Española de Desarrollo y Cooperación*, n. 27, 2011.

BADIE, Bertrand & HERMET, Guy. *La politique comparée*. Paris: Armand Colin, 2001.

BADIE, Bertrand & HERMET, Guy. *La Politique Comparée*. Paris: Armand Colin, 2001.

BARA, Judith; PENNINGTON, Mark (eds.). *Comparative Politics*. Londres: Sage Publications Ltd., 2009.

BEASLEY, Ryan K. et al. *Foreign Policy in Comparative Perspective*. Washington: CQ Press, 2002.

BEASLEY, Ryan; KAARBO, J.; LANTIS, J.; SNARR, Michael T. (eds.). *Foreign Policy in Comparative Perspective: domestic and international influences on state behavior*. Washington: CQ Press, 2002.

BHANJI, Zahra. Transnational Corporations as Propellers of Educational Transfer in the Middle East. In: CHISHOLM, Linda; STEINER-KHAMSI, Gita. *South-South Cooperation in Education and Development*. New York/Londres: Teachers College Press, 2009, p. 87-102.

BLONDEL, Jean. L’analyse politique comparée et l’institutionnalisation des parties. *Revue Internationale de Politique Comparée*, vol. 10, n. 2, p. 247-264, 2003.

BRAINARD, Lael. Organizing US Foreign Assistance to meet 21st century challenges. In Brainard LAEL (org.), *Security by other means: foreign assistance, global poverty, and American leadership*. Washington D.C.: The Brookings Institution Press, cap. 2, 2007.



- BREUNING, Marijke. *Foreign Policy Analysis, a comparative introduction*. New York: Palgrave Macmillan, 2007.
- BROWNE, S. *Aid and influence: do donors help or hinder?* London: Earthscan, 2006.
- BURNELL, Peter. *Foreign Aid in a Changing World*. Londres: Open University Press, 1997.
- BYRNE, J.; MARTINEZ, C.; GLOVER, L. (Eds.). *Environmental justice: discourses in international political economy, energy and environmental policy*. Piscataway (NJ): Transaction, 2002.
- CAPORASO, James. Across de the Great Divide: Integrating Comparative and International Politics. *International Studies Quarterly*, vol. 41, n. 4, 1997, p. 563-591.
- CAREY, Sabine C. European Aid: Human Rights versus Bureaucratic Inertia? *Journal of Peace Research*, vol. 44, n. 4, 2007. Pp .447-464.
- CARMODY, Pdraig. *The New Scramble for Africa*. Cambridge, UK: Polity Press, 2011.
- CHAMBERS, Robert. "Participatory Rural Appraisal (PRA): Challenges, Potentials and Paradigms". *World Development*, volume 22, n° 10, 1994.
- CHANG, H.-J.; GRABEL, I. *Reclaiming development: an alternative economic policy manual*. London: Zed Books, 2004.
- CHISHOLM, Linda; STEINER-KHAMSI, Gita. *South-South Cooperation in Education and Development*. New York/Londres: Teachers College Press, 2009.
- COOKE, Bill; KOTHARI, Uma. *Participation, The New Tirany*. New York: Zed Books, 2001.
- CORREA, Marcio Lopes. *Prática Comentada da Cooperação Internacional: entre a hegemonia e a busca de autonomia*. Brasília: Edição do Autor, 2010.
- DEGNBOL-MARTINUSSEN, John; ENGBERG-PEDERSEN, Poul. *AID Understanding International Development Cooperation*. Londres/New York: Zed Books, 2003.
- DOMINGUEZ, Rafael. *La crisis de identidad del sistema de ayuda*. Documento de discussão, Fundación Carolina, maio de 2011.
- ESCOBAR, Arturo. El 'postdesarrollo' como concepto y práctica social. In: MATO, Daniel (org.). *Políticas de economía, ambiente y sociedad en tiempos de globalización*. Caracas: Universidad Central de Venezuela, 2005, pp. 17-31.
- \_\_\_\_\_. *Encountering Development: The Making and Unmaking of the Third World*. Princeton: Princeton University Press, 1994.
- FUKUDA-PARR, Sakiko; LOPES, Carlos; MALIK, Khalid (org.). *Capacity for development: new solutions to old problems*. Londres: Earthscan Publications, 2002.
- GAILLARD, Jaques. "North-South Research Partnership: is collaboration possible between unequal partners?" *Knowledge and Policy*, v.7, n.2, 1994.
- GÓMEZ, M.; AYLLÓN, B.; ALBARRÁN, M. *Reflexiones prácticas sobre cooperación triangular*, Madrid: CIDEAL, 2011.
- GUIJT, Irene; SHAH, Meera Kaul. *The Myth of Community: Gender Issues in Participatory Development*. Londres: Intermediate Technology Publications, 1998.
- HANNAH, John A. New Directions in Foreign Aid for the 1970's. *American Journal of Agricultural Economics*, vol. 52, n. 2, maio 1970, p. 302-307.
- HIRST, M. Países de renda média e a cooperação Sul-Sul: entre o conceitual e o político. In: LIMA, M. R. S.; HIRST, M. (Org.). *Brasil, Índia e África do Sul: desafios e oportunidades para novas parcerias*. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

HUNTER, W.; BROWN, D. "World Bank Directives, Domestic Interests, and the Politics of Human Capital Investment in Latin America". *Comparative Political Studies*, vol. 33, n. 1, 2000. Pp. 113-143.

HURRELL, Andrew. Brazil : What Kind of Rising State in What Kind of Institutional Order ? In: Alan S. Alexandroff; Andrew F. Cooper (org.), *Rising States, Rising Institutions, challenges for global governance*. Baltimore: The Brookings Institution Press, 2010, p.128-150.

IGLESIA-G., Manuel. *El impacto econômico y social de la cooperación para el desarrollo*. Madri: UCM, 2005.

INOUE, Cristina Y. A., APOSTOLOVA, Maria S. *A cooperação internacional na política brasileira de desenvolvimento*. São Paulo: Associação Brasileira de Organizadores Não-Governamentais (ABONG); Rio de Janeiro: Núcleo Terra e Democracia, 1995.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. *Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Relatório de acompanhamento*. Brasília: IPEA/Presidência da República, 2010.

INTERNATIONAL DEVELOPMENT ASSOCIATION (IDA). *Aid Architecture: an overview of the main trends in official development assistance*. Washington: IDA/The World Bank, 2007, 54 p.

JAMIESON, D. Duties to the distant: aid, assistance, and intervention in the developing world. *The Journal of Ethics*, vol. 9, n. 1-2, p. 151-170, 2005.

KECK, Margaret E.; SIKKINK, Kathryn. *Activists beyond borders: advocacy networks in international politics*. Ithaca, N. Y.: Cornell University Press, 1998.

KHARAS, Homi. Can aid catalyze development? In: *Making Development Aid More Effective*, Washington D. C.: The Brookings Institute, 2010, p. 3-9.

KLEIN, Michael; HARFORD, Tim. *The Market for Aid*. Washington: The International Finance Corporation, The World Bank Press, 2005.

LANCASTER, C. *Foreign Aid: diplomacy, development, domestic politics*. Chicago: The University of Chicago Press, 2007.

LIMA, M. R. S. A política externa brasileira e os desafios da cooperação Sul-Sul. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 48, n. 2, 2005. Pp. 24-59.

LOPES, Marcio. *Prática comentada da cooperação internacional. Entre a hegemonia e a busca de autonomia*. Brasília: Edição do autor, 2010.

LOW, N.; GLEESON, B. *Justice, society and nature: an exploration of political ecology*. London: Routledge, 1998.

MALE, J.P. "Análisis de la cooperación descentralizada local". *Anuario de la Cooperación Descentralizada 2007*. Barcelona: Observatorio de Cooperación Descentralizada UE – América Latina, 2008. Pp.21.39.

MANGALA, Jack. *Africa and the New World Era: From Humanitarianism to a Strategic View*. New York: Palgrave Macmillan, 2010.

MARCOVITCH, Jacques (Org.) *Cooperação Internacional: Estratégia e Gestão*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

MARTÍNEZ, Ignacio; SANAHUJA, J.A. *La agenda internacional de eficacia de la ayuda y la cooperación descentralizada en España*. Documento de Trabajo nº 38, Madrid: Fundación Carolina, diciembre, 2009. <http://www.fundacioncarolina.es/es-ES/publicaciones/documentostrabajo/Documents/DT38.pdf>

MAVROTAS, George; NUNNENKAMP, Peter. Foreign Aid Heterogeneity: Issues and Agenda. *Review of World Economics*, vol. 143, n. 4, dezembro de 2007, p. 585-595.

MEHTA, Pradeep; NITYA, Nanda. "Trilateral Development Cooperation: An Emerging Trend". *Briefing Paper 1/200*. Jaipur (India): CUTS Centre for International Trade, 2005.

MENY, Yves & SUREL, Yves. *Politique comparée*. Paris: Montchrestien, 2009.

MILANI, Carlos R. S. "O Fórum Social Mundial de Nairóbi e os Movimentos Sociais Transnacionais: contestação política, transnacionalidade e redes na política mundial contemporânea." *Anais do 1º Encontro Nacional da ABRI* (arquivo eletrônico). Associação Brasileira de Relações Internacionais, 2007.

MORAES, Reginaldo Carmello Correa de. *Estado, Desenvolvimento e Globalização*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

MOSLEY, P.; HARRIGAN, J.; TOYE, J. *Aid and Power: the World Bank and policy based lending*. Londres/NYC: Routledge, 1995.

NELSON, John. *Aid Influence and Foreign Policy*. New York: The Macmillan Company, 1968.

OECD-TT/SSC. *Boosting SSC in the Context of Aid Effectiveness, Telling the Story of Partners Involved in more than 110 Cases of South-South and Triangular Cooperation*. Paris, 2010.

PANKAJ, Ashok K. Revisiting Foreign Aid Theories. *International Studies*, vol. 42, n. 2, 2005, p.103-121.

PATERSON, M. *Understanding global environmental politics: domination, accumulation, resistance*. London: Palgrave MacMillan, 2000.

PEET, R.; HARTWICK, E. *Theories of development: contentions, arguments, alternatives*. London: Guilford, 2009.

PEREIRA, João Márcio Mendes. *O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro 1944-2008*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

PÉREZ, Aitor. "Crisis y debate en la cooperación descentralizada". *Análisis del Real Instituto Elcano – ARI* nº 98/2011. Madrid: Real Instituto Elcano, 2011.

RABOTNIKOF, Nora. La caracterización de la sociedad civil em la perspectiva del BID y del BM. In: *Perfiles Latinoamericanos*, FLACSO México, dez. 1999, pp. 15-46.

RIST, Gilbert. *Le développement, histoire d'une croyance occidentale*. Paris: Presses de Sciences-Po, 1996.

ROSSEEL, P.; DE CORTE, E.; BLOMMAERT, Jan; VERNIERS, Elke. *Approaches to North-South, South-South and North-South-South Collaboration. A policy document*. Brussels: VLIR-USO, 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *The Rise of the Global Left: the World Social Form and beyond*. New York: ZED Books, 2006.

SECRETARÍA GENERAL IBEROAMERICANA (SEGIB). Madrid: *Informes de la Cooperación Sur-Sur en Iberoamérica*, 2008, 2009, 2010, 2011.

SEVERINO, Jean-Michel; RAY, Olivier. The End of ODA: Death and Birth of a Global Public Policy. *Working Paper Series*, Center for Global Development (www.cgdev.org), n. 167, março de 2009, 28 p.

SOGGE, David. *Give and Take: what's the matter with foreign aid?* New York: ZED Books, 2002.

VARELA, Manuel. *Organización Económica Internacional*. Madri: Pirâmide, 1991.

YAMASHIRO, Talita. *Triangular Cooperation and Aid Effectiveness*. Paper presented at the OECD/ DAC Policy Dialogue on Development Cooperation. Mexico City, 28–29 September, 2009.

ZHOU, Yiping. *Towards a Global South-South & Triangular Partnerships Compact for Development*. Presentation at the 2006 UN Day for South-South Cooperation, 19 december 2006.